



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Documento de sessão

20.5.2013

B7-0226/2013

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

apresentada na sequência de uma declaração da Vice-Presidente da Comissão / Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

nos termos do artigo 110.º, n.º 2, do Regimento

sobre a situação dos refugiados sírios nos países vizinhos
(2013/2611(RSP))

José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra, Mairead McGuinness, Elmar Brok, Cristian Dan Preda, Ria Oomen-Ruijten, Mário David, Tokia Saïfi, Hans-Gert Pöttering, Giovanni La Via, Laima Lucija Andrikienė, Filip Kaczmarek, Rodi Kratsa-Tsagaropoulou, Michèle Striffler, Alf Svensson, Anne Delvaux, Roberta Angelilli, Daniel Caspary, Sari Essayah, Mariya Gabriel, Elena Băsescu
em nome do Grupo PPE

RE\936834PT.doc

PE509.839v01-00

PT

Unida na diversidade

PT

B7-0226/2013

**Resolução do Parlamento Europeu sobre a situação dos refugiados sírios nos países vizinhos
(2013/2611(RSP))**

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta as suas resoluções anteriores sobre a Síria,
 - Tendo em conta as conclusões do Conselho dos Negócios Estrangeiros de 2011, 2012 e 2013 sobre a Síria,
 - Tendo em conta as conclusões do Conselho Europeu de 2011, 2012 e 2013 sobre a Síria,
 - Tendo em conta as declarações da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança sobre a Síria,
 - Tendo em conta as declarações da Comissária Europeia responsável pela Cooperação Internacional, a Ajuda Humanitária e a Resposta a Situações de Crise sobre a Síria,
 - Tendo em conta as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Síria,
 - Tendo em conta as declarações do Secretário-Geral das Nações Unidas e do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados sobre a Síria,
 - Tendo em conta a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948,
 - Tendo em conta o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, a Convenção sobre os Direitos da Criança e o Protocolo Facultativo relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados, bem como a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, nos quais a Síria é parte,
 - Tendo em conta o artigo 110.º do seu Regimento,
- A. Considerando que, segundo uma estimativa das Nações Unidas, desde o início da repressão violenta de manifestantes pacíficos na Síria em março de 2011, foram assassinadas pelo menos 80 000 pessoas, na sua maior parte civis; considerando que se tem verificado um contínuo aumento da violência extrema, como o recurso a artilharia pesada e bombardeamentos contra zonas povoadas, e das matanças horrendas pelas forças armadas e de segurança sírias e pela Shabiha, bem como por várias forças de oposição;
- B. Considerando que uma maior militarização da situação na Síria teria um impacto grave na sua população civil, que já se debate com uma rápida deterioração da situação humanitária, e continuaria também a afetar toda a região, em particular a Jordânia e o

Líbano, em termos de segurança e estabilidade, com consequências e implicações imprevisíveis;

- C. Considerando que, em maio de 2013, mais de 1,2 milhões de pessoas provenientes da Síria se encontram registadas como refugiadas e mais de 230 000 aguardam registo; considerando que há mais de 462 000 refugiados no Líbano, mais de 460 000 na Jordânia, mais de 320 000 na Turquia, mais de 145 000 no Iraque e mais de 66 000 no Egito; Considerando que o Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados prevê um total de 3,5 milhões de refugiados da Síria até ao final de 2013;
- D. Considerando que o fluxo contínuo de refugiados da Síria está a aumentar a pressão sobre os países vizinhos e a alimentar tensões em algumas regiões;
- E. Considerando que se estima que 6,5 milhões de pessoas são afetadas pela violência na Síria e necessitam de assistência humanitária; considerando que se estima igualmente que 4 250 000 pessoas foram deslocadas dentro da Síria;
- F. Considerando que os refugiados que vivem na Síria (palestinianos, iraquianos, afegãos, somalis e sudaneses) estão cada vez mais vulneráveis; considerando que os palestinianos, em particular, estão a ser envolvidos no conflito;
- G. Considerando que o Plano de Resposta Regional para a Síria descreve a reação conjunta das 55 agências envolvidas na ajuda aos refugiados sírios em cinco países e define quatro áreas prioritárias: proteção, resposta a emergências, ajuda aos refugiados que não se encontram nos campos e preparação para emergências;
- H. Considerando que, em 22 de abril de 2013, a assistência humanitária total mobilizada pela UE em resposta à crise síria ascendia a cerca de 473 milhões de euros, incluindo 200 milhões de euros da UE e cerca de 273 milhões de euros dos Estados-Membros; considerando que, em 12 de maio de 2013, a Comissão Europeia anunciou um financiamento suplementar de 65 milhões de euros; considerando que a UE é, de longe, o maior doador;
- 1. Condena firmemente o uso da violência indiscriminada pelas autoridades sírias contra a população civil do país, em particular as execuções seletivas de crianças e mulheres e as execuções em massa nas aldeias; manifesta a sua profunda preocupação com a gravidade das violações dos direitos humanos e os eventuais crimes contra a humanidade autorizados e/ou perpetrados pelas autoridades sírias, pelas forças armadas e de segurança e pelas milícias fiéis ao regime; condena as execuções extrajudiciais sumárias e todas as outras formas de violação dos direitos humanos cometidas por grupos e forças de oposição ao regime do Presidente Assad;
- 2. Apresenta as suas condolências às famílias das vítimas; reitera a sua solidariedade para com a luta do povo sírio pela liberdade, dignidade e democracia e louva a sua coragem e determinação;
- 3. Reitera o seu pedido a todos os intervenientes armados de que ponham termo imediato à violência na Síria; insta o Governo sírio a retirar sem demora as tropas das cidades sitiadas e a libertar de imediato todos os manifestantes, presos políticos, defensores dos direitos humanos, autores de blogues e jornalistas que se encontram detidos; apela a uma transição

política para a democracia, pacífica, genuína e controlada pela Síria, que satisfaça as reivindicações legítimas do povo sírio e se baseie num diálogo inclusivo com a participação de todas as forças democráticas e de todas as componentes da sociedade síria, com vista ao lançamento de um processo de profundas reformas democráticas, que tenha igualmente em conta a reconciliação nacional e assuma o compromisso da salvaguarda do respeito pelos direitos das minorias, incluindo as minorias étnicas, religiosas, culturais e outras;

4. Apoia o pedido conjunto formulado pelo Secretário de Estado dos EUA, John Kerry, e pelo ministro das Relações Externas da Rússia, Sergey Lavrov, no sentido de que seja convocada, o mais rapidamente possível, uma conferência internacional de paz sobre a Síria no seguimento da Conferência de Genebra de junho de 2012;
5. Convida as autoridades sírias a permitirem a rápida prestação de ajuda humanitária e a facultar às organizações humanitárias um acesso pleno à Síria, bem como a facilitar a aplicação de pausas por motivos humanitários para o fornecimento em segurança de ajuda humanitária; salienta novamente que o direito humanitário internacional deve ser escrupulosamente respeitado por todos os intervenientes na crise; exorta todas as partes envolvidas a proteger os civis, a permitir um abastecimento livre e total de géneros alimentícios, água, eletricidade e medicamentos e a abster-se de usar todas as formas de intimidação e violência contra doentes, médicos, pessoal médico e trabalhadores da ajuda humanitária; exorta a UE e os seus Estados-Membros, não obstante todos os obstáculos e dificuldades, a intensificarem os seus esforços no sentido de encontrarem maneiras alternativas de fornecer ajuda humanitária ao povo sírio;
6. Congratula-se com o lançamento pela ONU, em março de 2013, de uma investigação independente sobre as denúncias de possível utilização de armas químicas na Síria;
7. Manifesta a sua preocupação com o aumento da militarização do conflito e da violência sectária; constata o papel dos diferentes atores regionais, incluindo no fornecimento de armas, e manifesta a sua preocupação com o efeito de contágio do conflito sírio aos países vizinhos; condena veementemente o atentado com um carro armadilhado em 11 de maio de 2013 que causou dezenas de mortos e feridos nas proximidades de um campo de refugiados sírios na cidade de Reyhanli, na província de Hatay, no sudoeste da Turquia;
8. Congratula-se com a decisão do Conselho, de 22 de abril de 2013, de alterar as medidas restritivas contra a Síria, por forma a prestar um maior apoio não letal e assistência técnica para a proteção dos civis; exorta o SEAE a fornecer uma visão detalhada da composição da oposição síria, indicando quais as partes da oposição que têm um maior apego aos valores universais da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, e seriam, por conseguinte, as mais adequadas para beneficiar do apoio da União;
9. Enaltece os esforços que continuam a envidar os países vizinhos da Síria no acolhimento e na prestação de ajuda humanitária aos refugiados do país e, neste contexto, requer o reforço do apoio e da ajuda internacionais; salienta a importância crucial de haver uma resposta sustentável às crises humanitárias que se vivem tanto no interior da Síria como entre os refugiados sírios nos países vizinhos; solicita aos países vizinhos da Síria que continuem a dar proteção aos refugiados e deslocados sírios e que, de acordo com as suas obrigações internacionais, se abstenham de os expulsar e devolver à Síria; sublinha a

necessidade de cooperação com a Cruz Vermelha; congratula-se com a prontidão da UE para prestar apoio adicional, inclusive de caráter financeiro, destinado a ajudar os países vizinhos a acolherem o número crescente de refugiados sírios;

10. Observa que está a aumentar a superlotação nos campos de refugiados nos países vizinhos da Síria, o que impõe um pesado fardo sobre as instalações sanitárias e contribui para surtos de doenças e a eclosão de tensões; salienta que é importante avaliar as condições dos refugiados que vivem dentro e fora dos campos;
11. Congratula-se com a declaração da Comissária Europeia responsável pela Cooperação Internacional, a Ajuda Humanitária e a Resposta a Situações de Crise, de 23 de abril de 2013, segundo a qual "atendendo aos riscos de alastramento, temos de adotar um pacote abrangente de medidas para ajudar os refugiados sírios e apoiar os seus países de acolhimento";
12. Congratula-se com os 1,5 mil milhões de dólares prometidos pelos Estados-Membros e outros na Conferência de Doadores realizada no Kuwait em 30 de janeiro de 2013; regista que este novo financiamento irá cobrir parcialmente o Plano de Resposta Regional para a Síria; insta todos os doadores a honrarem os seus compromissos na íntegra;
13. Solicita à UE que apoie a criação de refúgios seguros ao longo da fronteira entre a Turquia e a Síria e possivelmente no território desta última, bem como a criação de corredores humanitários pela comunidade internacional;
14. Congratula-se com o comunicado de imprensa do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) de 18 de abril 2013, sobre a Síria; solicita aos membros do CSNU e, em particular, à Rússia e à China, que assumam a sua responsabilidade de pôr termo à violência e à repressão contra o povo sírio, nomeadamente mediante a adoção da Resolução do CSNU baseada no seu comunicado de imprensa de 18 de abril 2013; exorta a Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante a envidar os seus melhores esforços para garantir a aprovação de uma resolução do CSNU exercendo uma pressão diplomática efetiva junto da Rússia e da China; solicita à UE que continue a explorar todas as opções no âmbito do CSNU, no quadro da Responsabilidade de Proteger (R2P), e em estreita cooperação com os Estados Unidos, a Turquia e a Liga Árabe, a fim de ajudar o povo sírio e de pôr termo ao derramamento de sangue; solicita que o CSNU remeta a situação na Síria para o TPI com vista a uma investigação formal; apoia firmemente o trabalho da comissão de inquérito independente sobre a situação na Síria e saúda o seu relatório atualizado;
15. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, à Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, ao Serviço Europeu para a Ação Externa, aos governos e parlamentos dos Estados-Membros, à Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo, ao Governo e ao Parlamento da Federação da Rússia, ao Governo e ao Parlamento da República Popular da China, ao Governo e à Câmara de Representantes dos Estados Unidos da América, ao Governo e ao Parlamento da República do Líbano, ao Governo e ao Parlamento do Reino Hachemita da Jordânia, ao Governo e ao Parlamento

da República da Turquia, ao Governo e ao Parlamento da República do Iraque, ao Governo e ao Parlamento da República do Egito, ao Secretário-Geral das Nações Unidas, ao Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, ao Secretário-Geral da Liga Árabe e ao Governo e ao Parlamento da República Árabe da Síria.